



JUST CLICK HERE: NOTAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE EM PRÁTICAS E CORPOS CIBER-PORNÔS

Carolina Parreiras ¹

Em minha pesquisa de doutorado tenho como objetivo entender as representações pornográficas veiculadas por meio da internet, concentrando a reflexão em dois campos: o primeiro deles se refere aos debates jurídicos desenvolvidos em torno dos temas pornografia, pedofilia e pirataria. De modo sucinto, meu interesse é perceber em que sentido estas batalhas legais e políticas podem interferir na veiculação de pornografia *on-line*. O segundo ponto que pretendo desenvolver é a separação realizada entre gêneros pornográficos – *mainstream*, *altporn* e *amador/realcore* – e o modo como a internet atua neste cenário. Neste caso específico, minha expectativa é perceber que convenções de gênero e sexualidade estão sendo acionadas na construção desta segmentação do gênero pornográfico mais amplo, bem como mapear os debates que cercam a pornografia.

Os estudos de gênero e sexualidade têm se dedicado, nos últimos anos, à análise de uma gama cada vez maior de temas, além de trabalhar com perspectivas que levam em consideração a interface com outros campos de estudo nas diferentes áreas das ciências sociais. Passaram também a considerar a intersecção entre os vários marcadores de diferença (Brah, 2006), tais como, raça, classe social e idade. Dentre os temas que despertam crescente interesse, localiza-se a tentativa de compreender as diversas faces componentes da chamada “indústria do sexo”. De acordo com Weitzer (2000), “indústria do sexo” se refere àqueles - organizações, agentes, donos, gerentes e trabalhadores - envolvidos em alguma forma de sexo comercial.

Laura María Agustín (2007) diz ser necessário “o estudo cultural do sexo comercial²” (*cultural study of commercial sex*) visto que existe um número ainda pequeno de pesquisas que caminham neste sentido (com exceção da prostituição). Para ela, o sexo não deve ser tratado apenas como uma questão de moral, mas como um assunto cultural, passível de variadas interpretações e imerso em contextos sociais, históricos e econômicos específicos. Assim, apresentam-se como temas de interesse os diferentes locais em que se situa a indústria do sexo, bem como os indivíduos dela participantes (seja como produtores/vendedores ou compradores/ consumidores).

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é aluna do Programa de Doutorado em Ciências Sociais. carolparreiras@gmail.com

² Como sexo comercial podem ser citados: prostituição, pornografia, *sex phone*, *strip clubs*, sex shops, casas de *swingue*, entre outros.



Como parte da indústria do sexo pode ser incluída a pornografia, objeto cuja definição está permeada por inúmeros debates e conflitos. De todo modo, parto da premissa de que a pornografia é uma construção em constante processo de formatação e não é possível caracterizá-la como dotada de um significado intrínseco e essencial. Além disso, ela pode adquirir variadas formas de apresentação, que variam desde a escrita até a utilização de imagens e vídeos.

No Brasil, há alguns anos vem sendo desenvolvido um campo de estudos³ sobre pornografia e erotismo, com especial destaque para Moraes (2003), Leite Jr.(2006), Abreu (1996), Braz (2007/2008), Facchini (2008) e Gregori (2008). Pesquisas mais recentes, tal como a de Gregori (2008), propõem pensar as novas faces do erotismo. De acordo com a autora, ao se pensar o erotismo a partir de uma perspectiva de gênero, aparece uma relação tensa entre “prazer e perigo”. É exatamente nessa relação tensa que se encontra o que ela chama de “limites da sexualidade”. Assim, estes limites indicariam o caráter processual e dinâmico das normatividades sexuais, sendo que elas estão permeadas por hierarquias e negociações de sentido. Desse modo, a pornografia funciona como registro de “tensões, re-significações e fissuras das normatividades de gênero e sexualidade” (Gregori, 2008, sem página).

Neste artigo apresento algumas considerações iniciais sobre uma parte da pesquisa de campo e volto o olhar para os sites – X-sites⁴ – que veiculam a chamada pornografia *mainstream*. A questão central para discussão é perceber qual o impacto da tecnologia na produção e consumo de pornografia. Neste sentido, acho instigante buscar quais são as convenções de gênero e sexualidade mobilizadas na produção e edição destes vídeos e que explicam, em muitos sentidos, sua classificação dentro da segmentação criada pelo mercado como pornografia *mainstream*.

Para tal proponho o seguinte percurso argumentativo: em um primeiro momento, faço um breve mapeamento das discussões e disputas em torno da pornografia, especialmente das tentativas de demarcar campos separados para pornografia e erotismo e dos contenciosos feministas. Depois teço algumas considerações sobre a segmentação da pornografia em três nichos: *mainstream*, pornografia alternativa e pornografia amadora/*realcore*. Por fim, descrevo quatro populares X-sites de pornografia *mainstream*: Xvideos (www.xvideos.com); RedTube (www.redtube.com);

³ Neste campo de estudos aparecem os mais variados temas: a tentativa de entender o conceito de obsceno na literatura libertina; a chamada “pornografia bizarra”; as práticas eróticas em clubes de sexo para homens; as novas formas de sexualidade; o BDSM.

⁴ Utilizo o termo X-sites para fazer referência aos sites e domínios da internet (os “www”) com conteúdo erótico/pornográfico. O xxx tem sido usado há um bom tempo para tipificar este segmento de produções cinematográficas. Recentemente uma decisão da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), instituição que cria e registra domínios na internet (.com, .br, .org) aprovou a criação de um domínio .xxx para demarcar quais são os sites com exibição de pornografia. Para muitos, esta decisão é mais um reforço das tentativas de controle dos conteúdos hospedados e consumidos na internet.



PornoTube (www.pornotube.com) e YouPorn (www.youporn.com), em um empreendimento preliminar de perceber que convenções de gênero e sexualidade podem ser neles encontradas.

Um campo de contenciosos

Para entender isto que chamo de pornografia *on-line*, acredito ser necessário dar alguns passos atrás, buscando, mesmo que brevemente, historicizar o conceito e as práticas por ele nomeadas. Lynn Hunt (1999), em seu clássico *A invenção da pornografia*, afirma que a pornografia se configura como categoria distinta e independente na literatura e na representação visual apenas no século XIX. Além disso, o conceito de pornografia adotado atualmente se baseia em uma concepção ocidental e possui uma cronologia e geografia próprias. Seu objetivo na obra é justamente buscar as origens da pornografia, adotando para tal uma perspectiva histórica. No caminho feito pela autora são importantes os vários conflitos envolvendo personagens que vão desde escritores e pintores até policiais e padres.

Se a origem da categoria pornografia pode ser encontrada no século XIX, é no século XX que se desenvolve uma “indústria de representação do obscuro” (Leite Jr, 2006) propriamente dita. E esse desenvolvimento se dá em meio a uma série de disputas envolvendo os conceitos de pornografia e erotismo.

São valiosas nesse sentido as considerações de Leite Jr. (2006) sobre o que ele chama de “luta simbólica” entre erotismo e pornografia. Nas concepções do senso comum, a pornografia estaria associada ao carnal, ao comércio, ao explícito. Já o erotismo, seria o sublime, o espiritualizado, o sentimental, o artístico e aquele que apenas sugere (e não mostra). Em outras palavras, a pornografia é enquadrada como desviante, o que foge à norma, enquanto o erotismo compõe as representações sexuais referendadas e consideradas legítimas. Gregori (2008) segue uma linha de raciocínio semelhante ao mostrar a relação entre o erotismo e a literatura libertina do século XVIII (em especial, ao Marquês de Sade), sendo que o erótico estaria associado aos “exercícios do espírito”, ao erudito e artístico. Em contrapartida, a pornografia aparece ligada ao mercado, ao lucro e à vulgaridade⁵.

De qualquer modo, por mais que se tente traçar limites e fronteiras entre os dois conceitos, estes serão sempre imprecisos. Isto porque erótico e pornográfico fazem referência a uma mesma matriz – o sexo, criado pelos dispositivos da sexualidade (Foucault, 2003) – e aparecem como

⁵ Gregori (2008) nota ainda que distinção erotismo/erudito/sofisticado e pornografia/massificado/vulgar está presente em variados ensaios como o erotismo, sendo que há neles uma “desconfiança” na relação entre pornografia e mercado. Exemplos são os escritos de Octavio Paz, Ângela Carter e Susan Sontag.



transgressão às convenções morais. Essa fronteira também evoca as distinções que se estabelecem entre erudito e popular, arte e mercadoria, que conviria problematizar⁶.

Neste processo de tentativa de definição e conceituação da pornografia possui papel de destaque a ação das diferentes vertentes do movimento feminista, especialmente o norte-americano. Chapkis (1997), ao refletir sobre as performances de mulheres envolvidas em algum tipo de “trabalho erótico”, fornece uma boa síntese das divergências encontradas entre as feministas no que concerne à pornografia. Este campo de debates pode ser ampliado e estendido à arena jurídica, sendo que muitos dos esforços empreendidos visavam ao enquadramento da pornografia como atividade ilegal.

De modo geral, as discussões feministas sobre pornografia se deram em dois campos distintos: as chamadas pró-sex/anti-censura, que imbuíam ao sexo a capacidade de libertar as mulheres; e as anti-pornografia, as quais tomavam o pornô como causa e meio de acirramento das desigualdades de gênero e da submissão feminina.

Entre as feministas anti-pornografia se destacam dois nomes: Catherine MacKinnon e Andre Dworkin. MacKinnon (2000) imputa à pornografia uma posição central na institucionalização da dominação masculina e esta situação deveria ser modificada. Para ela o grande entrave para que estas modificações ocorressem nos Estados Unidos seria a existência da Primeira Emenda – uma cláusula na Constituição que garante liberdade de expressão e discurso. Esta Emenda colocaria na mesma posição o discurso dos pornógrafos e de todos os demais cidadãos, fazendo com que vários embates jurídicos tenham sido perdidos pelo movimento anti-pornografia (alinhado com a crescente força da chamada *New Right*).

Nesta perspectiva, a pornografia é um dos instrumentos da dominação masculina, sendo que ela opera a partir da instituição da desigualdade de gênero. Enquanto realidade (e não apenas imagens ou fantasias), ela constrói e define homens e mulheres, só que a partir de uma perspectiva exclusivamente masculina. Assim, a sexualidade masculina se funda na posse e no consumo, enquanto a feminina, em ser consumida e possuída.

Butler (2000) se propõe a discutir as maneiras como as diferentes vertentes feministas tomaram a questão da representação, das fantasias e do real. De acordo com ela, um ponto de crítica

⁶ Caminha neste sentido a argumentação de Moraes (2004). A partir da análise do processo movido contra Jean-Jacques Pauvert, em 1956, acusado de publicar livros que atentavam contra a moral, a autora apresenta os diversos argumentos mobilizados que giravam entre as noções de perigo (os livros de Sade por ele publicados foram marcados como “perigosos”) e a de que essas obras seriam indicadas apenas aos “sábios”. Moraes conclui, então, que os livros não deveriam ser condenados ou *edulcorados*, mas pensados a partir de seu caráter transgressor. Com isso, ela reafirma o caráter contextual do que se entende enquanto erótico e pornográfico.



às posições mais radicais e favoráveis à censura das manifestações pornográficas, como a de MacKinnon, é o fato de elas tomarem as representações na pornografia como algo real e, portanto, como atos ofensivos (*injurious acts*). Em termos jurídicos e legais, este “realismo representacional” pode ser enquadrado como uma ação discriminatória ou um “efeito real”. O problema está na associação mimética que as feministas anti-pornografia fazem entre real, fantasia e representação. Ela prefere entender o real como uma construção variável que é sempre e somente determinada a partir de uma relação com seu exterior constitutivo: a fantasia, o impensável, o irreal, o imaginário. Assim operando, as feministas radicais acabariam criando uma posição fixa de sujeito para as mulheres e minando as múltiplas possibilidades de identificação.

Em relação ao outro pólo do debate, Williams (1999) diz ser complicado encontrar uma nomenclatura para as feministas que se opunham à censura da pornografia. Mas, de modo geral, elas podem ser relacionadas à perspectiva do construcionismo social, com nomes como Carole Vance, Lisa Duggan e Nan Hunter. Um ponto a se salientar é que estas feministas não se organizaram como um grupo⁷ e também não fizeram da pornografia a base de suas formulações. Além disso, sem dúvida, é possível encontrar em todas elas uma posição diversa da de MacKinnon ou Dworkin, mas isto não significa que elas seriam favoráveis a todos os segmentos da pornografia. Seu objetivo principal seria a defesa da livre expressão das diferenças sexuais e se posicionavam contrariamente à hierarquização das sexualidades, sendo que não faria sentido falar em sexualidades melhores ou piores.

Gregori (2010) caminha por uma linha de raciocínio semelhante e reconhece no livro *Pleasure and Danger*, organizado por Carole Vance em 1984, um marco no campo de debates. Isto porque “ele problematiza e recusa a associação da sexualidade aos modelos coercitivos de dominação, bem como a articulação desses modelos a posições estáticas de gênero, em um mapa totalizante da subordinação patriarcal” (p. 50). Esta visão “construcionista” é oposta àquela encontrada em MacKinnon (2000), onde a sexualidade aparece subsumida ao gênero. Nas formulações anti-pornô o que se vê é a pornografia pensada em termos de gênero e desta forma ela é simplesmente a institucionalização da dominação masculina.

⁷ Acredito ser importante ressaltar que em meio a estas “feminists sex wars” as feministas anti-censura e pró-sexo não tiveram a mesma publicidade que MacKinnon e suas seguidoras. MacKinnon ficou conhecida não apenas pelos textos radicais, em um formato muito próximo de um manifesto, mas por cooptar um grande número de pessoas em torno de si, entre elas, a ex-atriz pornô Linda Marchiano, mais conhecida como Linda Lovelace, a atriz do clássico “Garganta Profunda”. Além de representar legalmente Linda Lovelace, MacKinnon possui atuações jurídicas de peso: representação das mulheres sérvias e croatas em crimes de genocídio, na década de 90; trabalhou em processos envolvendo defesa das mulheres no Japão, México, Índia e Israel.



Ao tomar como base este quadro mais geral de problematização conceitual, talvez faça mais sentido seguir a proposta de Cornell (2000): olhar para a pornografia não como um “objeto pedagógico único” e com sentido e significação intrínsecos, mas tentar entendê-la a partir dos significados que ela adquire para os que a consomem, para os que travam lutas contra ela, para os envolvidos em sua produção. Parece-me que a proposta da autora é reforçar a idéia de que os significados da pornografia são contextuais e, desse modo, passíveis de mudanças.

X-sites:

É nos anos 90 que a internet entra no mercado pornográfico e dá o que Leite Jr. (2006) chama de “novo fôlego” para a pornografia. Ela promove a diversificação dos tipos de filmes e facilita o acesso a eles. Surgem sites com as mais diversas concepções: desde aqueles enquadrados como pornô hard core mainstream (alinhado com os temas e modos de produção da indústria legitimada), passando pela “pornografia bizarra” e pelos milhares de vídeos amadores até um tipo de pornografia chamada de alternativa (altporn⁸).

Como afirmei na Introdução, meu objetivo é centrar a observação nos sites gratuitos e agregadores dos mais diversos segmentos de vídeos pornográficos: Xvideos, RedTube, YouPorn e PornoTube. Apesar de nenhum deles estar hospedado em domínio brasileiro, são bastante utilizados por internautas do Brasil. Prova disto é a grande quantidade de filmes de produtoras nacionais neles postados e também os comentários feitos por brasileiros nos comentários de diversos vídeos. A peculiaridade destes sites é que permitem a qualquer um, em qualquer lugar do mundo⁹ hospedar ou assistir os vídeos.

Todos eles possuem um funcionamento semelhante e bastante simples. Para os que só querem assistir os vídeos, não é necessário ser cadastrado e a única “barreira” para a entrada é ter no mínimo 18 anos. A página inicial de todos traz avisos sobre o tipo de conteúdo que o internauta está prestes a acessar. Após confirmar sua idade (que pode ser inventada facilmente), o internauta é encaminhado para a página dos últimos vídeos adicionados. Ali estão colocadas pequenas telas onde podem ser vistas breves cenas nos vídeos. Debaxo de cada uma há o nome do vídeo, a

⁸ Em relação aos filmes alternativos (*altporn*), minha ideia é concentrar a pesquisa no Xplastic, visto que é uma iniciativa pioneira neste segmento de produções no país. Meu objetivo é realizar entrevistas com as pessoas envolvidas nestas produções e também acompanhar o processo de concepção e realização das filmagens. Não descarto a possibilidade de utilizar outros sites *altporn*, como por exemplo o recém-criado AltPornoTube (que tem funcionamento semelhante aos sites *mainstream* citados com a diferença de veicular apenas pornografia alternativa).

⁹ Com as novas políticas de controle de internet, estes sites provavelmente se encontram bloqueados ou tem acesso restrito em muitos países. Mas, pelo menos teoricamente, seu acesso e uso é permitido a qualquer pessoas com maioridade legal (18 ou 21 anos).



quantidade de vezes que ele foi visto e sua duração. Todos os sites também utilizam um medidor de popularidade dos vídeos, sendo que os mais acessados do dia, da semana, do mês e do ano ganham páginas especiais. As laterais e a parte inferior dos sites trazem anúncios publicitários (provavelmente responsáveis por sua manutenção financeira) de outros sites pornô, de programas para sexo online e off-line, de escorts e acompanhantes e de webcams ao vivo.

A maior parte do conteúdo são vídeos produzidos com propósito comercial e “pirateados” para estes sites. As produtoras também se utilizam destas ferramentas, mas neste caso, adicionam apenas pequenos trechos dos filmes, colocando o endereço de onde a produção pode ser vista na íntegra e mediante pagamento. De modo geral, os vídeos que encontrei nestes sites reiteram a velha lógica dos filmes pornográficos convencionais encontrados em locadoras, cinemas pornô ou canais pagos de televisão. A fórmula e o script são basicamente os mesmos: filmes heterossexuais ou lésbicos para homens; centralidade do sexo anal; apagamento do homem, que se resume ao pênis (na grande maioria dos vídeos, não aparece nem mesmo o seu rosto); obrigatoriedade do gozo, observável pelos gemidos e outros sons geralmente femininos e pelo pênis que ejacula – o chamado money shot – em direção a câmera e preferencialmente no rosto da atriz.

Este roteiro é muito semelhante àquele encontrado por Benítez (2009) em sua etnografia sobre os bastidores da indústria pornográfica brasileira. De acordo com ela, o pornô apresenta um sexo coreográfico e ritualizado, com posições sexuais muito específicas e de duração padronizada. Um ponto que chama a atenção é a tentativa de mostrar sempre posições que fogem do “papai e mamãe”, supostamente o tipo de sexo praticado pelas pessoas em geral. Com isso, há uma proliferação de “novas” posições e a centralidade do ânus, cuja penetração seria uma transgressão às normas.

A novidade talvez esteja na utilização da internet como meio de divulgação, formação de comunidades de consumidores e produtores – e, em muitos casos, estas duas posições se confundem – e meio que permite uma maior acessibilidade a conteúdos de sexo explícito. Neste sentido, entram como pontos positivos a possibilidade de anonimato, a interface simples que os x-sites utilizam e gratuidade de acesso.

Um outro ponto que chama a atenção é que podem ser encontrados nos sites citados uma quantidade considerável de filmes chamados de amadores. Em relação a eles, uma breve observação: algumas pessoas reivindicam um nome para estas filmagens e as chamam de realcore. O termo é uma criação do pirateiro, ativista anti-copyright e jornalista italiano Sergio Messina e quer tipificar o pornô amador on-line (“online amateur porn”). De acordo com Messina (2007), o



realcore representa um novo segmento de imagens sexuais que surgiram nos anos 90 com a popularização das novas mídias digitais. Ele considera o realcore mais corajoso que o hardcore porque há um esforço em mostrar “a realidade da cena e os verdadeiros desejos dos participantes”. Parece-me que clama para o realcore a posição de mostrar o verdadeiro sexo, aquele que as pessoas fazem em suas casas, com seus parceiros. Para Messina, as diferenças entre hardcore, softcore e realcore são as seguintes:

Softcore was simulated sex, hardcore went as far as actual sex, Realcore goes beyond: it strives to portray, without too much interference people “actually” fulfilling their desires, often fully clothed. Realcore is about the reality of what you see, the truth of these images. It's about the desire to see someone doing something because they like to be seen. They're filming it because you are part of the game as well. You're the audience. They got horny because someone is getting horny over them¹⁰.

Esta afirmação, no entanto, suscita questionamentos: os outros gêneros de pornografia também não pretendem fazer representações da realidade e se baseiam em desejos e fantasias? Essa suposta realidade pode, em algum momento, ser captada por uma câmera ou uma filmadora? A edição de uma cena ou imagem é o sinal de diferenciação do amador? E, indo além, em meio à profusão de práticas, prazeres e corpos, podemos tipificar algo com o nome “aquilo que as pessoas fazem de verdade em suas casas”?

O que quis mostrar, ainda que brevemente, foi a existência de padrões também nos sites que veiculam pornografia, especialmente nos gratuitos. De modo geral, há uma reiteração da lógica encontrada nos filmes de grandes produtoras *mainstream*, com o foco em corpos, posições sexuais, prazeres e desejos que seguem um roteiro muito claro. Quebrar com estas convenções é uma das propostas da chamada pornografia alternativa. Neste segmento da pornografia há a reiteração de que os corpos apresentados fogem das convenções estéticas e de beleza referendadas, presentes nos filmes pornô *mainstream*. Assim, são mostradas mulheres e homens acima do peso, com tatuagens e outros tipos de *body modification*, a depilação (especialmente da virilha) não é obrigatória. Além disso, as práticas sexuais apresentadas tentam quebrar com a lógica *mainstream* da mulher submissa e, ao mesmo tempo, sempre pronta para o sexo, mostrando cenas que se aproximariam mais de uma suposta realidade.

Penso que as nomenclaturas e as fronteiras entre estes segmentos do pornô merecem mais atenção e é fundamental pensar no seu significado e nos interesses envolvidos na reivindicação de enquadramento em cada um destes ramos. De igual maneira, cada uma das divisões se orientam a partir de certas convenções tanto de filmagem – enquadramento, qualidade dos equipamentos

¹⁰ MESSINA, Sérgio. Entrevista feita por Mark Dery (Naked Lunch: Talking Realcore with Sergio Messina. In: *C'lick Me*. A netporn studies reader.



utilizados, uso ou não de ferramentas de edição – quanto de tipos de performances, corpos e práticas apresentadas. Buscar quais são estas convenções e como elas transitam é uma questão teórica de relevância a qual pretendi responder sucintamente a partir da análise do material encontrado até o momento nos sites selecionados para pesquisa.

Bibliografia

- AGUSTÍN, Laura Maria. Introduction to the cultural study of commercial sex. *Sexualities* [online]. 2007, vol.10(4), p.441-456. Disponível em: <http://sexualities.sagepub.com/cgi/content/refs/10/4/403>.
- BENITEZ, Maria Elvira Diaz. 2009. *Nas redes do sexo: bastidores e cenários do pornô brasileiro*. Tese (Doutorado). PPGAS/MN/UFRJ.
- BRAZ, Camilo. 2010. *À MEIA-LUZ... Uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos*. Tese (Doutorado). Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp.
- BUTLER, Judith. 2000. The Force of Fantasy. Feminism, Mapplethorpe, and Discursive Excess. In: CORNELL, D. (ed). *Feminism and Pornography*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- CHAPKIS, Wendy. 1997. *Live sex acts*. Women performing erotic labor. New York: Routledge.
- CORNELL, Drucilla. 2000. Introduction. In: CORNELL, D. (ed). *Feminism and Pornography*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- DERY, Mark. 2007. Naked Lunch: Talking Realcore With Sergio Messina. In: JACOBS, K; JANSSEN, M. & PASQUINELLI, M (ed). *C'lickme*. A netporn studies reader. Amsterdam: Institute of Network Cultures.
- FACCHINI, Regina. 2008. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese. Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp.
- FOUCAULT, Michel. 2009. *História da Sexualidade 1*. A vontade de saber. São Paulo: Graal.
- GREGORI, Maria Filomena. 2010. *Prazeres Perigosos*. Erotismo, gênero e limites da sexualidade. Tese de livre-docência. IFCH/Unicamp (no prelo).
- HUNT, Lynn. 1999. *A invenção da pornografia*. Obscenidade e as origens da Modernidade, 1500 – 1800. São Paulo: Hedra.
- LEITE JR, Jorge. 2006. *Das maravilhas e prodígios sexuais*. A pornografia “bizarra” como entretenimento. São Paulo: Annablume.
- MaCKINNON, Catherine. 2000. Not a moral issue. In: CORNELL, D. (ed). *Feminism and Pornography*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- WEITZER, Ronald (ed). *Sex for sale*. Prostitution, pornography and the sex industry. New York/London: Routledge, 2000.
- WILLIAMS, Linda. *Hard Core*. Power, pleasure, and the “Frenzy of the visible”. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1999.